
O CONCEITO *MODO DE VIDA* NO PENSAMENTO SOCIAL MODERNO

Sergio Aparecido Nabarro

Professor visitante no Institut de Géographie

Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne

sergionabarro@gmail.com

Recibido: 26 de noviembre de 2020; Devuelto para correcciones: 27 de enero de 2021; Aceptado: 23 de febrero de 2021.

O conceito *modo de vida* no pensamento social moderno (Resumo)

As profundas transformações políticas, econômicas e culturais, impostas à sociedade pelo desenvolvimento do capitalismo, despertaram nos intelectuais a necessidade de compreender como ocorre a reprodução dos grupos sociais diante desta realidade. Entre os elementos analíticos mais utilizados pelos pesquisadores de diversas áreas das ciências sociais o conceito modo de vida sempre esteve entre os mais relevantes. Por isso, este artigo tem o objetivo de analisar a evolução do conceito nas três áreas do conhecimento as quais o mesmo foi mais utilizado e ganhou maior notoriedade: Antropologia, Sociologia e Geografia. Além de resgatar os pressupostos e os critérios utilizados por vários intelectuais para definir o conceito e entender como ele contribuiu para a evolução da análise social, o texto analisa as conflitualidades e realidades as quais estes pesquisadores estiveram submetidos e que influenciaram nos seus estudos sobre o conceito.

Palavras-chave: Modo de vida, pensamento social moderno; geografia; sociologia; antropologia

The concept way of life in modern social thought (Abstract)

The profound political, economic and cultural changes, imposed on society by the development of capitalism, aroused in intellectuals the need to understand how the reproduction of social groups occurs in the face of this reality. Among the analytical elements most used by researchers from different areas of the social sciences, the concept of way of life has always been among the most relevant. For this reason, this article aims to analyze the evolution of the concept in the three areas of knowledge which it was most used and gained greater notoriety: Anthropology, Sociology and Geography. In addition to rescuing the assumptions and criteria used by various intellectuals to define the concept and understand how it contributed to the evolution of social analysis, the text analyzes the conflicts and realities to which these researchers were subjected and which influenced their studies on the concept.

Keywords: Way of Life; Modern Social Thinking; Geography; Sociology; Anthropology.

El concepto *modo de vida* en el pensamiento social moderno (Resumen)

Los profundos cambios políticos, económicos y culturales, impuestos a la sociedad por el desarrollo del capitalismo, despertaron en los intelectuales la necesidad de comprender cómo se da la reproducción de los grupos sociales frente a esta realidad. Entre los elementos analíticos más utilizados por investigadores de diferentes áreas de las ciencias sociales, el concepto de estilo

de vida siempre ha estado entre los más relevantes. Por ello, este artículo tiene como objetivo analizar la evolución del concepto en las tres áreas del conocimiento que más fue utilizado y adquirió mayor notoriedad: Antropología, Sociología y Geografía. Además de rescatar los supuestos y criterios utilizados por diversos intelectuales para definir el concepto y comprender cómo contribuyó a la evolución del análisis social, el texto analiza los conflictos y realidades a las que fueron sometidos estos investigadores y que influyeron en sus estudios sobre el concepto.

Palabras clave: Modo de vida; pensamiento social moderno; geografía; sociología; antropología

Embora sempre necessária, a análise da evolução de conceitos não é uma tarefa simples, sobretudo quando a categoria em questão figura entre os marcos de mudanças paradigmáticas de uma importante área do conhecimento como é o caso do conceito de modo de vida¹ para a ciência geográfica.

Em momentos históricos conturbados, caracterizados por profundas mudanças políticas, culturais e econômicas, os conceitos podem se transformar em grandes dilemas para os intelectuais tendo em vista que sua definição pode não ser mais capaz de explicar a realidade em expressiva mutação. No entanto, a intensificação de pesquisas e debates sobre eles consolida a necessidade de repensá-los, assim como de reelaborar métodos/modelos explicativos aos quais os conceitos estão vinculados, pois, o questionamento destes revela que a evolução do conhecimento é um processo complexo, cumulativo e mediado pela dinâmica social. Por conseguinte, é fundamental atentar-se ao caráter social e explicativo de modelos, conceitos e teorias, o que implica necessariamente em questionar seus pressupostos.

Desde o século XIX a questão que se coloca é: devemos, então, reformulá-los ou abandoná-los definitivamente, substituindo-os por outros conceitos/categorias ou noções? A resposta varia de acordo com o contexto social e com as posições científico-ideológicas dos estudiosos. Todavia, acreditar que renegar a utilização e a profundidade de um conceito capital para a Geografia, como é o caso do modo de vida, é negar a própria historicidade e o caráter dinâmico desta área do conhecimento.

Mas como entender o modo de vida na contemporaneidade? Como definir esse conceito, inserido atualmente numa teia de relações complexas e articuladas ao modo de produção dominante, que objetiva incluir a todos no mundo da mercadoria, com o intuito de controlar a vida, do trabalho ao lazer, da economia à cultura, da religião à educação? Para responder estas questões, o objetivo deste texto é recuperar a historiografia do conceito modo de vida nas três áreas das

¹ Neste artigo, sempre que o termo modo de vida estiver em itálico ele estará fazendo referência ao conceito. Quando estiver sem esta marcação refere-se ao modo de vida de um determinado grupo social.

ciências sociais (Sociologia, Antropologia e Geografia) que lhe conferiram grande importância, resgatando os debates sobre seus pressupostos e as principais contribuições para sua evolução desde o final do século XIX até a década de 1990.

Mesmo sabendo que há interposições na compreensão do conceito entre as três áreas das ciências sociais estudadas, por uma questão didática, visando facilitar a compreensão do leitor, o artigo analisa separadamente o desenvolvimento do conceito modo de vida na Sociologia, na Antropologia e na Geografia. Além disso, apresenta, em sua última parte, uma análise da reformulação deste conceito a partir dos estudos sobre a realidade brasileira.

O modo de vida no pensamento sociológico

No pensamento sociológico moderno,² o conceito modo de vida ganha importância a partir dos estudos sobre as condições de vida da classe trabalhadora europeia, desenvolvidos por pensadores socialistas no século XIX. As longas jornadas de trabalho nas indústrias e as precárias condições de trabalho, moradia e saúde, despertaram nesses intelectuais a necessidade de entender como os operários se reproduziam no bojo do desenvolvimento da sociedade capitalista, organizada a partir da lógica econômica e social de trabalho conhecida como sistema fábrica.³

“O sistema de fábrica, articulado à miséria urbana e à desordem moral, se constitui em temática das pesquisas sobre padrões de vida, habitação e organização familiar. As condições materiais de existência, vistas por ângulos diversos, eram portadoras de uma chave explicativa: das possibilidades da consciência e da revolta, e também dos instintos e más disposições que precisavam ser disciplinadas e racionalizadas.”⁴

No entanto, as análises contidas nesses estudos faziam referência “ao discurso bio-social, próprio dos relatórios sobre condições morais, sociais e físicas da população laboriosa percebida como perigosa, no contexto de desordem e miséria dos primórdios da industrialização”.⁵

Karl Marx e Friedrich Engels não se debruçaram especificamente sobre o modo de vida enquanto uma categoria de análise, mas sua contribuição para compreendê-la rompeu com o entendimento biológico. Na obra *A Ideologia Alemã*,⁶ escrita entre 1845 e 1846, os pensadores reconheceram o papel fundamental do meio

² Estamos utilizando o termo moderno baseado na reestruturação das ciências e do pensamento científico da segunda metade do século XIX.

³ Lopes, 1984, p. 21-22.

⁴ Lobo, 1994, p. 8.

⁵ Lobo, 1994, p. 8.

⁶ Marx e Engels, 1986. Embora tenha sido escrita no final dos anos 1840, a obra só teria sua primeira edição publicada 86 anos depois, em 1932.

natural para a existência humana, mas criticaram o uso de pressupostos naturalistas para explicar tanto as relações sociais quanto as do homem com a natureza. Para eles, a compressão de que o homem se diferencia dos animais pelo simples fato de pensar é insuficiente para entender o desenvolvimento humano. Os autores partem do pressuposto de que a diferenciação entre o homem e os animais ocorre a partir da capacidade humana de produzir seu próprio modo de vida.⁷

Os estudos sobre a categoria modo de vida no pensamento sociológico moderno não se restringiram apenas à compreensão da reprodução social e material da classe operária fabril. Outras temáticas emergiram entre o final do século XIX e início do XX, como, por exemplo, os estudos sobre o feminismo e as condições e diferenciações de gênero, como muito bem apontou a socióloga Elisabeth Souza Lobo.

“Se a articulação produção/reprodução muitas vezes se limita à busca de mecanismos articuladores, o que novamente reduz as práticas sociais a uma mecânica de estruturas, as formulações de algumas pesquisas feministas no sentido de uma sociologia das relações sociais abriram caminho para uma problematização do gênero como relação histórica e simbólica, construída na experiência do masculino e feminino nas relações sociais e instituinte de práticas que se dão nos vários espaços sociais. Assim as representações do masculino e feminino, como a do(a) jovem, do(a) velho(a) ou do(a) migrante, sempre históricas e culturalmente localizadas, organizam a casa e a fábrica, a divisão sexual do trabalho e as famílias, a dinâmica do mercado de trabalho tanto quanto as formas simbólicas.”⁸

Eunice Ribeiro Durham⁹ e Lia Freitas Garcia Fukui¹⁰ destacam o ressurgimento de outro importante tema nos estudos sociológicos: a família. O modo de vida aparece nos estudos sobre a reprodução das famílias trabalhadoras, não no sentido físico ou biológico, mas relacionado à reprodução enquanto ser social do/no capitalismo. Durham¹¹ aponta que nestes estudos a vida familiar é compreendida “como elaboração de uma estratégia que, jogando com a mão-de-obra disponível entre atividade remunerada e trabalho doméstico, procura assegurar um determinado nível e modo de consumo”, e quase nesta mesma linha de raciocínio estão os trabalhos do sociólogo e engenheiro francês Frédéric Le Play (1806-1882), que irão,

⁷ Marx e Engels, 1986, p. 39.

⁸ Lobo, 1994, p. 8-9.

⁹ Durham, 1986, p. 201-213.

¹⁰ Fukui, 1980, 13-20.

¹¹ Durham, 1986, p. 208.

posteriormente, influenciar as proposições do geógrafo Paul Vidal de La Blache (1845-1918), quando este elabora seu entendimento sobre os gêneros de vida.¹²

Para o conservador Le Play – defensor de teses como: 1) o meio exerce uma forte influência nas sociedades; e 2) a família é a base da sociedade – o lugar onde se localiza a residência do trabalhador, bem como a atividade laboral por ele praticada, determinam sua organização familiar e seu modo de vida.¹³ Nota-se que, por meio da observação, seu método, Le Play buscou elaborar generalizações que permitissem classificar e explicar as distintas formas de viver dos operários destacando a centralidade da família.¹⁴ No entanto, seus apontamentos não tiveram o devido reconhecimento entre o final do século XIX e início do XX porque ainda estavam vinculados à compreensão dos conceitos de nação e raça como sinônimos, um debate considerado superado pelos pensadores mais importantes da época. Além disso, Le Play nunca ocupou lugar de destaque na história do pensamento sociológico porque sua proximidade com as proposições dos pensadores das ciências naturais o situava fora dos debates clássicos do período de institucionalização da Sociologia. Portanto, embora suas considerações tenham influenciado a construção conceitual do modo de vida no pensamento geográfico, como mostraremos mais adiante, Le Play não se preocupou com essa construção no âmbito da Sociologia.

O debate sobre modo de vida enquanto um conceito que necessitava de uma definição mais clara pelos acadêmicos foi iniciado por Louis Wirth (1897-1952), sociólogo de origem alemã, que estudou na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, da qual anos mais tarde foi também professor. A proposta de Wirth para pensar/definir o modo de vida está inserida no bojo do desenvolvimento da Sociologia Urbana da Escola de Chicago. Por meio da publicação do texto *Urbanismo como Modo de Vida*¹⁵ no *Jornal Americano de Sociologia* em julho de 1938, este autor inaugura a discussão sobre o conceito na Sociologia.

Para Wirth,¹⁶ analisar o modo de vida urbano é, inevitavelmente, resgatar características do modo de vida rural. Ele compreende o campo e a cidade como unidades espaciais distintas, mas interligadas por vários elementos, entre eles as práticas sociais que compõem o modo de vida. Sua análise reflete o contexto histórico, social e intelectual da primeira metade do século XX nos Estados Unidos

¹² Capel, 1987, p. 42-48; Conceição, 2000, p. 4.

¹³ Capel, 2012, p. 276.

¹⁴ Botelho, 2002, p. 517.

¹⁵ Wirth, 1938, p. 1-24.

¹⁶ Wirth, 1938, p.1-2.

em que o processo de urbanização é intensificado e a migração do campo para a cidade é significativa, como fica bastante evidente nas palavras do autor.

“O crescimento das cidades e a urbanização do mundo é um dos acontecimentos mais impressionantes dos tempos modernos. (...). Considerando o fato de a população mundial estar desigualmente distribuída e que o crescimento das cidades não é algo antigo em países que só recentemente foram tocados pela industrialização, isso nos subestima a entender tal fato na medida em que a concentração urbana procedeu nos países onde o impacto da revolução industrial tem sido mais forte e menos recente. Esta mudança do rural para urbano, que teve lugar no espaço de uma única geração em áreas industrializadas como nos Estados Unidos e no Japão, tem sido acompanhada por mudanças profundas em praticamente todas as fases da vida social. São essas mudanças e suas ramificações que chamam a atenção do sociólogo para o estudo das diferenças entre o modo de vida rural e o modo de vida urbano. A busca desse interesse é um pré-requisito indispensável para a compreensão de alguns dos problemas mais cruciais da vida social contemporânea, uma vez que é suscetível de fornecer uma perspectiva mais reveladora para a compreensão da natureza humana e da ordem social”.¹⁷

Na compreensão de Wirth, o modo de vida deve ser entendido como uma categoria explicativa para além da realidade urbana porque o fazer-se da vida nas cidades também se realiza por meio do resgate de práticas sociais e valores oriundos do modo de vida rural. Mas reconhece que a cidade, enquanto lócus da heterogeneidade, ao se desenvolver produz relações sociais mais complexas adaptando elementos da vida rural à esfera urbano-industrial.

Nossas investigações¹⁸ mostraram que Louis Wirth, representando a escola de Chicago, foi o grande nome do debate em torno da definição do conceito modo de vida no pensamento sociológico da primeira metade do século XX. Mas, entre as décadas de 1950 e 1970, esta categoria foi bastante criticada no debate sociológico sob o argumento de que era imprecisa e extremamente abrangente. Para Isabel Guerra, “sua abrangência e os questionamentos que encerra são, em si, o maior fator de indefinição”.¹⁹ Segundo a autora, a ausência de uma definição clara converteu o conceito em numa noção banalizada, mas ela reconhece que tal banalização não é algo inédito na Sociologia porque “o conceito de modo de vida tal como outros conceitos sociológicos (o de classes, por exemplo), pode ser

¹⁷ Wirth, 1938, p. 2-3, tradução nossa.

¹⁸ Nabarro, 2014, p. 14-54; Nabarro, 2010, p. 161-175.

¹⁹ Guerra, 1993, p. 59.

suporte, quer de um discurso ideológico, quer de um discurso científico, necessitando de uma definição clara e sem ambiguidades”.²⁰

Nos anos 1980 e 1990, os estudos sobre o conceito modo de vida na Sociologia voltam a ganhar relevância, sobretudo na França, após a publicação do texto *Reemergências Atuais do Tema Modo de Vida*,²¹ em 1984, de autoria de Jean-Louis Lacascade, publicado no livro *Rede Modos de Vida*,²² organizado pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica da França, cuja introdução, escrita por Francis Godard, ressalta a importância dos estudos sobre este conceito no bojo das transformações sociais do final da década de 1970, período da ascensão político-ideológica do neoliberalismo.

A retomada das discussões sobre o conceito modo de vida ainda estavam voltadas aos debates teórico-metodológicos da Sociologia Urbana. Na análise de Henri Mendras e Michel Forsé, os estudos sobre esta categoria retornam porque “depois de um período em que os sociólogos viveram fascinados pelas tendências pesadas que atravessaram o planeta, vem um período em que eles se interessam mais pelas diversidades, pelas forças discretas presentes em cada segmento da sociedade”.²³ Já na avaliação de Isabel Guerra, “sendo o objeto da Sociologia analisar não as ações particulares, mas os fenômenos sociais a partir da representação de ações individuais e de ações coletivas”²⁴, a volta do debate a respeito do modo de vida é fundamental para o compreender a sociedade contemporânea.

Atualmente, a utilização da categoria em pesquisas sociológicas está situada em meio à discussão teórico-metodológica porque,

“... o uso do conceito modo de vida para qualquer pesquisa empírica confronta-se desde logo com dois obstáculos que é útil distinguir sobre o plano analítico: um obstáculo lógico e um obstáculo sociológico. O primeiro diz respeito à classificação das práticas; unificam-se os conjuntos de práticas pelos indivíduos ou unificam-se os indivíduos por um conjunto de práticas? O obstáculo sociológico remete para a relação entre as práticas e a posição social: os níveis de recursos criando oportunidades de certas práticas sociais geram estatutos sociais que são portadores de lógicas culturais específicas potencialmente classificadas como lógicas de classe?”²⁵

²⁰ Guerra, 1993, p. 60, grifo nosso.

²¹ Lacascade, 1984, p. 147-204.

²² Godard, 1984, p. 13-21.

²³ Mendras e Forsé, 1983, p. 9.

²⁴ Guerra, 1993, p. 63.

²⁵ Guerra, 1993, p. 60, grifos da autora.

Os estudos da Sociologia visando o esclarecimento das questões colocadas a este campo do conhecimento nos dias atuais, sobretudo em relação à utilização e redefinição do conceito modo de vida, ocorrem no bojo do debate entre estruturalistas e culturalistas. Segundo Francis Godard,²⁶ o debate da sociologia dos modos de vida estava polarizado nos estudos sobre a vida cotidiana, relacionados à Antropologia Cultural e as investigações socioeconômicas e políticas sobre o processo de produção das estruturas urbanas. Desta forma, o entendimento do modo de vida no embate entre essas duas correntes teórico-metodológicas do pensamento sociológico coloca os estudos sobre a temática em três dimensões analíticas da teoria sociológica: 1) sistema e atores, voltada a compreensão das relações entre um sistema social e as ações dos sujeitos; 2) história e cotidiano, dedicada ao entendimento das ações individuais e os seus desdobramentos coletivos; e 3) o objetivo e o subjetivo na percepção do real, direcionada à análise da racionalidade e do imaginário social.²⁷

Desde a década de 1990, as pesquisas dos sociólogos sobre modos de vida visam romper com estas dicotomias ao inserir em suas análises elementos como as práticas culturais e as manifestações religiosas para tentar entender como a vida cotidiana se realiza nas cidades e nas áreas rurais. Mas essas novas abordagens, frequentemente, resgatam “a clássica análise das práticas sociais como efeitos condicionados das estruturas. A novidade que a tematização dos modos de vida pode instaurar reside muito mais (...) como uma aproximação entre sociologia dos modos de vida e antropologia cultural”.²⁸ Em suma, o debate atual da Sociologia “remete (...) à discussão que opõe a lógica do sistema (ou do mercado) à recuperação da autonomia dos sujeitos sociais na sua heterogeneidade, através das modalidades de suas experiências coletivas, vividas, representadas no campo simbólico”.²⁹ Por conseguinte, mesmo estando longe de ser uma categoria consensual entre os sociólogos, o modo de vida é geralmente entendido como alicerce ou articulador das relações sociais.

O modo de vida no pensamento antropológico

Assim como na Sociologia, os estudos consolidando o conceito modo de vida³⁰ na Antropologia também foram iniciados no século XIX³¹ se desenvolvendo a partir

²⁶ Godard, 1984, p.13.

²⁷ Guerra, 1993, p. 60.

²⁸ Lobo, 1994, p. 9.

²⁹ Lobo, 1994, p. 13.

³⁰ Nos estudos antropológicos, é comum encontrar a expressão *estilo de vida* como sinônimo de modo de vida.

³¹ Embora alguns autores, como, por exemplo, Euler David Siqueira (Siqueira, 2007, p. 11), tratem de uma pré-história da Antropologia a partir do advento das grandes navegações no século XV e das tentativas de entendimento dos europeus com as tribos indígenas da América, nos centraremos nos estudos antropológicos a partir da institucionalização da Antropologia no século XIX.

das análises dos estadunidenses Lewis Henry Morgan (1818-1881) e Franz Boas (1858-1942), considerados os fundadores da Antropologia Moderna americana, e dos ingleses Edward Burnett Tylor (1832-1917) e James Frazer (1854-1941). Para estes intelectuais, pensar o homem a partir da cultura implicava entender como ele vivia, interpretava o mundo e se relacionava com o meio e com as mudanças impostas pelo processo de desenvolvimento da sociedade capitalista.³² Nesse contexto, o estudo da linguagem, bem como as análises relacionadas à Psicologia Social, à Ciência Política e à Arqueologia foram elementos que conferiram maior importância nas pesquisas antropológicas.

Enquanto os estudos de Lewis Henry Morgan tinham como objetivo a compreensão das fases da evolução das sociedades bem como suas conexões com o parentesco, estudiosos como o sociólogo russo Pitirim Alexandrovich Sorokin (1889-1968) entendiam o modo de vida como um produto da cultura assimilada a partir do convívio social, ou seja, os costumes, as formas de interação, de agir, viver e pensar.³³

Outra contribuição relevante aos estudos antropológicos sobre modo de vida foi dada ainda no século XIX pelas publicações do sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918), com destaque para o ensaio *Psicologia do Dinheiro*,³⁴ de 1890, e para os livros *Dinheiro na Cultura Moderna*,³⁵ de 1896, e *Filosofia do Dinheiro*,³⁶ de 1900, que forneceram uma perspectiva analítica que permitiu ir além das interpretações elaboradas por Émile Durkheim, como muito bem aponta Natasha Simei Leal. Nas palavras desta autora,

“Em contraponto à perspectiva de sistema da sociologia de Durkheim, Simmel pensou a sociedade como constructo elaborado a partir de interações entre indivíduos. As relações e associações sociais, mutáveis por excelência, constantemente construídas e dissolvidas, foram enfatizadas para compor conceitos-chaves de sua obra.”³⁷

A obra de Simmel, embora possua eixos e mediações sociológicas e psicológicas, ganhou destaque no debate antropológico porque discutiu as relações espirituais e morais com o dinheiro e o papel da liberdade individual, bem como sua relação com laços e vínculos tradicionais da cultura. Para ele, o dinheiro não se constitui apenas como elemento presente nas trocas monetárias, mas como mecanismo de

³² Koury, 2010, p. 41.

³³ Sorokin, 1947, p. 19.

³⁴ Simmel, 2009.

³⁵ Simmel, 1998.

³⁶ Simmel, 1989.

³⁷ Leal, 2011, p. 349.

rompimento com o tradicional. As oportunidades, tanto de compra como de vivência, fornecidas pelo dinheiro superficializam relações sólidas, como, por exemplo, as familiares e as costumeiras. Na sua interpretação, o dinheiro na sociedade capitalista além de monetário é um componente psicológico porque fornece sensações à vida, como conforto, satisfação e poder.

“O dinheiro coloca certas atividades e relações humanas tão fora dos seres humanos como sujeitos, assim como a vida espiritual, na medida em que é puramente intelectual, passa da subjetividade pessoal para a esfera da objetividade que agora ela reflete. Com isso, instaura-se claramente uma relação de superioridade. Assim como quem tem dinheiro é superior a quem possui a mercadoria, o intelectual possui um certo poder em relação àquele que vive mais do sentimento e dos impulsos.”³⁸

No entendimento simmeliano, as mudanças culturais e espirituais impostas pelo dinheiro são entendidas como liberdade, não como dependência. Diferentemente do materialismo histórico, que entende a economia como interface das transformações culturais, Georg Simmel defende que as transformações econômicas seguem os fenômenos e manifestações culturais, ou seja, as mudanças que o dinheiro causa no modo de vida das pessoas ocorrem a partir do pensamento e, nesse sentido, o dinheiro adquiriu um caráter espiritual e psicológico na modernidade.

Partindo dessa relação, Mauro Guilherme Pinheiro Koury afirma que “o processo de constituição de uma cultura subjetiva se vale da diferenciação individual predisposta pela liberdade vivenciada pelas pessoas em troca, e se alia em formatos conflituais mais ou menos estáveis, compondo grupos, classes, instituições, modos de vida”.³⁹

Assim como nos estudos geográficos do final do século XIX e início do XX, as investigações antropológicas também apresentavam interpretações vinculadas aos aspectos naturais. Entretanto, esses estudos também traziam importantes elementos comportamentais socialmente construídos. Entretanto, as pesquisas ainda apresentaram o problema da observação da cultura do outro a partir dos valores da cultura do investigador.⁴⁰

Se os estudos dos antropólogos não tiveram a mesma divulgação e impacto dos escritos de Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920), foram utilizados como referência por estes autores considerados

³⁸ Simmel, 1989, p. 598 - Tradução de Antônio Carlos Santos.

³⁹ Koury, 2010, p. 42.

⁴⁰ Gomes, 2010, p. 12.

clássicos da Sociologia. As considerações de Lewis Henry Morgan, por exemplo, questionando o evolucionismo biológico e as análises sobre o parentesco foram estudadas por Karl Marx durante a elaboração dos seus escritos. Poucas semanas após a morte de Marx, Friedrich Engels⁴¹ relata ter encontrado apontamentos detalhados do pensador comunista sobre as obras de vários antropólogos, entre eles Morgan. Partindo destes apontamentos e de uma leitura minuciosa do livro *A Sociedade Antiga*,⁴² Engels alia os pressupostos do materialismo às conclusões do autor e escreve o texto que daria origem à obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*,⁴³ escrita em 1884.

Morgan, ao classificar a evolução da sociedade em três fases (selvageria, barbárie e civilização), forneceu importantes subsídios para uma aproximação marxista, sobretudo no seu entendimento sobre o conceito de sociedade porque para este ele,

“Desde o advento da civilização, as consequências da propriedade têm sido imensas, suas formas tão diversificadas, seus usos para a expansão e sua administração em benefício aos proprietários, que se tornou irredutível, um poder incontável e oposto ao povo. A mente humana se vê impotente ante sua própria criação. O tempo virá, no entanto, quando a inteligência humana vai subir para o domínio sobre a propriedade e definir as relações do Estado com a propriedade que protege, bem como as obrigações e os limites dos direitos de seus proprietários. Os interesses da sociedade são absolutamente superiores aos interesses individuais, e os dois devem ser praticados a partir de relações justas e harmoniosas. A mera busca pela propriedade não é o destino final da humanidade, a menos que o progresso seja a lei do futuro, como foi no passado. O tempo transcorrido desde o início da civilização não é apenas um fragmento do tempo passado da existência do homem, mas um fragmento de todos os tempos ainda por vir. A dissolução da sociedade que se ergue diante dos nossos olhos, cujo único objetivo é a riqueza, contém os elementos de autodestruição. A democracia no governo, a fraternidade na sociedade, a igualdade de direitos e privilégios e educação universal inauguram uma etapa superior da sociedade na qual a experiência, a inteligência e o conhecimento trabalharão em conjunto. Será o renascimento da liberdade, da igualdade de antigamente.”⁴⁴

Ao longo do século XX, a Antropologia se destaca tanto nas interpretações do modo de vida das sociedades “modernas” (urbano-industriais) quanto nas chamadas “tradicionais” (indígenas, quilombolas, caiçaras, camponesas tradicionais etc.).

⁴¹ Engels, 2002, p. 29-31.

⁴² Morgan, 1985.

⁴³ Engels, 2002.

⁴⁴ Morgan, 1985, p. 22, tradução nossa.

Estudos de antropólogos como Claude Lévi-Strauss (1908-2009) e Clifford James Geertz (1926-2006) reafirmaram o dinamismo do conceito de cultura (que era entendida por muitos como cristalizada, acabada, sem contradições) e as transformações socioculturais ocorridas no bojo da expansão dos valores das sociedades “dominadoras”. Segundo Claude Lévi-Strauss,

“Ao se espalharem por toda a terra, as civilizações que se julgavam superiores: a cristã, a islâmica e a budista, e em outro plano, esta civilização mecânica que com elas se parece, se impregnam de gêneros de vida, de modos de pensar e agir, que são justamente o objeto de estudo da antropologia e que, sem que tenhamos consciência clara disso as transformamos interiormente. É que os povos ditos ‘primitivos’ ou ‘arcaicos’ não desaparecem do nada. Antes se dissolvem incorporando-se, de maneira mais ou menos rápida, à civilização que os cerca. E ao mesmo tempo, esta adquire caráter mundial.”⁴⁵

No Brasil, embora não haja escolas ou correntes que reelaboraram princípios, métodos ou teorias fundadoras da Antropologia moderna,⁴⁶ importantes estudiosos contribuíram para sua consolidação bem como para os estudos sobre o modo de vida. Gilberto Freyre (1900-1987), por exemplo, fortemente influenciado pelo antropólogo alemão Franz Boas – de quem foi aluno – desconstruiu o racismo ao refutar o darwinismo social em seus estudos sobre a realidade do país. Sua obra mais conhecida, *Casa Grande & Senzala*,⁴⁷ publicada originalmente em 1933, desconstrói o determinismo social, racial e ambiental muito presente nos discursos da época. Sua maior contribuição foi analisar a formação da sociedade e da cultura brasileira a partir de uma totalidade que integrava os elementos econômicos e ambientais aos hábitos alimentares, religiosos e comportamentais. De acordo com o antropólogo Mércio Pereira Gomes “Freyre apresentou uma nova autoimagem para o Brasil, pelo reconhecimento do valor das contribuições de cada grupo racial-cultural, cuja mesclagem é que teria formado a cultura brasileira”,⁴⁸ ideia que acabou criando o mito da democracia racial no país.

Darcy Ribeiro (1922-1997) foi outro importante pesquisador a desenvolver trabalhos antropológicos de grande destaque. Mesmo tendo realizado várias pesquisas sobre educação, ganhou notoriedade por meio das publicações sobre as sociedades indígenas, como *A Política Indigenista Brasileira*,⁴⁹ de 1962, e sobre a formação do povo brasileiro, com *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do*

⁴⁵ Lévi-Strauss, 1962, p. 20.

⁴⁶ Gomes, 2010, p. 179.

⁴⁷ Freyre, 1933.

⁴⁸ Gomes, 2010, p. 187.

⁴⁹ Ribeiro, 1962.

Brasil,⁵⁰ de 1995, em que deixa claro que o modo de vida permeia, mesmo que muitas vezes indiretamente, toda sua obra. Neste ensaio, analisa as diferenças étnicas e culturais que formaram o povo brasileiro, classificado por ele em cinco modos regionais de viver, de pensar e de ser: sertanejo, crioulo, caboclo, caipira e sulino. Assim, mesmo apresentando elementos de união entres estes modos de vida, o autor destaca que desde o início o homem criou formas distintas de viver e interpretar o mundo.

Em suma, ao enfatizar costumes, tradições, formas de viver, de pensar e de agir os antropólogos fornecem importantes elementos para compreender a conformação e o dinamismo do conceito modo de vida. O tema central da antropologia brasileira sempre foi o país⁵¹ porque entender o Brasil, sua cultura, suas dinâmicas econômicas, sociais e culturais implicam necessariamente no entendimento do modo de vida da população. O embate entre algumas correntes da Antropologia (uma defendendo o Brasil como nova cultura e a outra como extensão da cultura europeia) trouxe consigo uma necessidade latente de compreender como as pessoas vivem, pensam, agem e se territorializam. Nesse sentido, o modo de vida desafia os pesquisadores e exige análises cada vez mais interdisciplinares, nas quais a Antropologia deve estar presente.

O modo de vida no pensamento geográfico

Se para a tradição sociológica o modo de vida esteve ligado à perspectiva urbana, e, para os estudos antropológicos esteve relacionado à reprodução da cultura, no pensamento geográfico o conceito surge como produto de um movimento de consolidação metodológica desta ciência no final de século XIX, a partir da contestação dos pressupostos filosóficos do positivismo e do naturalismo. A crise do modelo cientificista, pautado no naturalismo, fez emergir correntes filosóficas que tinham o humano e a história como elementos-base, como, por exemplo, o historicismo, que tem na historicidade o alicerce da existência e do desenvolvimento dos grupos sociais.

Para o geógrafo espanhol Horácio Capel, “o historicismo do final do século XIX pregou em sua perspectiva teórica o problema da validade do saber histórico e elevou a história como a categoria explicativa da realidade social, ao considerar que esta é resultado de um desenvolvimento e, por conseguinte, a descrição deste desenvolvimento, a partir de sua origem, é essencial e indispensável para entender a realidade”.⁵² Entretanto, especificamente para a ciência geográfica, a adoção do historicismo enquanto método acentuou ainda mais a crise porque, se na

⁵⁰ Ribeiro, 1995.

⁵¹ Gomes, 2010, p. 196.

⁵² Capel, 2012, p. 291, tradução nossa, grifo nosso.

perspectiva filosófica e metodológica anterior, a Geografia era uma ciência geral e da natureza, o historicismo era partidário dos estudos locais sobre o desenvolvimento dos grupos humanos e sua relação com o meio. Assim, a Geografia estava diante de um dilema: seria ela uma ciência nomotética, geral, da natureza, ou idiográfica, do homem, do espírito?

“A oposição entre natureza e espírito e, correlativamente, a distinção entre ciências naturais e humanas (ou do espírito, ou culturais), colocava à geografia recém-institucionalizada, ou em vias de institucionalização, um grave problema, em virtude do perigo de desagregação entre uma geografia física, que já possuía uma forte característica na disciplina, e outra humana, que iniciava um rápido desenvolvimento após uma primeira tentativa de sistematização realizada por Ratzel. Assim como bem compreenderam os geógrafos da época, este dualismo entre o físico e o humano supunha uma séria ameaça para a continuidade da disciplina.”⁵³

É a partir desse dualismo que pensadores como Alfred Hettner (1859-1941) e principalmente Paul Vidal de La Blache (1843-1918), irão refletir e postular os princípios da escola possibilista e da Geografia Regional. É, portanto, diante do dualismo que o estudo dos lugares se torna uma espécie de solução para os problemas filosóficos que desafiavam a continuidade da Geografia enquanto área do conhecimento. Foi, portanto, no contexto do desenvolvimento de estudos regionais que o modo de vida enquanto uma categoria analítica é formulada no pensamento geográfico moderno.

O debate sobre uma noção geográfica para modo de vida, “também denominado gênero de vida, modo de existência, estilo de vida etc.”,⁵⁴ aparece com maior clareza e profundidade nos estudos geográficos a partir de 1911 com a publicação de dois artigos intitulados Gêneros de Vida na Geografia Humana⁵⁵ de Paul Vidal de la Blache.⁵⁶ A construção conceitual desta categoria por este autor foi fortemente influenciada pelo debate sociológico⁵⁷ da segunda metade do século

⁵³ Capel, 2012, p. 293, tradução nossa.

⁵⁴ Marques, 1994, p. 3.

⁵⁵ Vidal de la Blache, 2011a e 2011b.

⁵⁶ É preciso ressaltar que, de maneira tímida, o debate sobre modos de vida se fizera presente na obra de Paul Vidal de la Blache desde 1888 com a publicação da obra *Divisões Fundamentais do Solo Francês* (ver Vidal de Blache, 1888). Além disso, Élisée Reclus, no artigo Ao Meu Irmão Camponês (ver Reclus, 1893) publicado originalmente em 1893, destaca o caráter coletivo e associativo do modo de vida camponês. Um maior detalhamento deste debate pode ser encontrado no texto Contribuições de Élisée Reclus ao debate sobre a Questão Agrária de nossa autoria (ver Nabarro, 2020).

⁵⁷ Embora houvesse uma crítica, por parte dos sociólogos, em relação à visão dos geógrafos até então calcada no naturalismo, é preciso ressaltar que sociólogos como Frédéric Le Play também foram muito influenciados pelo naturalismo e, inclusive, teceram considerações, conservadoras, sobre a sociedade a partir do debate sobre a raça. Durante a formulação do conceito gênero de vida, Vidal de La Blache se valeu de leituras de textos de Le Play,

XIX. Entretanto, ainda era necessário imprimir a marca da Geografia no debate do pensamento social moderno no contexto europeu. Para isso, Vidal de la Blache definiu o conceito de modo de vida como “uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza”.⁵⁸ Essa definição do geógrafo francês foi construída a partir de suas críticas aos sociólogos que, segundo ele, não valorizavam adequadamente a influência do meio no delineamento das relações sociais, consideradas por ele como componentes importantes para a compreensão dos modos de vida. Ainda de acordo com o geógrafo francês,

“As categorias que se apresentam ao nosso espírito de forma tão clara, como o estado pastoril, o estado agrícola e outras classificações sociológicas, estão longe de corresponder aos contrastes tão claros na natureza. Esses contrastes devem-se ao fato de que pastor e agricultor, para nos atermos somente aos dois gêneros de vida mais evoluídos, são dois seres que se tornam socialmente muito diferentes por um conjunto de hábitos e concepções precisamente da diferença de gêneros de vida que praticam.”⁵⁹

A crítica de Vidal de la Blache aos sociólogos foi construída também a partir da reflexão sobre os motivos da existência de diferentes tipos de modos de vida em climas semelhantes ou o quê justificaria práticas sociais semelhantes em climas tão diferentes. Além disso, ele analisou um conjunto de exemplos que possibilitaram a compreensão da associação da natureza com as relações sociais. Analisando, por exemplo, o caso dos grupos sociais do ártico (lapões e esquimós) aos quais as condições naturais não são tão favoráveis à morada do homem, Vidal de la Blache afirma que a solidez das relações sociais garante a manutenção e evolução de um modo de vida próprio.⁶⁰ É essa solidez que garante a superação das dificuldades impostas ao homem pelas condições naturais fazendo com que os grupos sociais não migrem para áreas onde as condições climáticas seriam mais favoráveis.

Ao ressaltar a importância do estudo comparativo entre diferentes áreas do planeta Vidal de la Blache contribuiu enormemente para o debate do pensamento social moderno do final do século XIX ao ressaltar que “teremos melhor condição de julgamento na medida em que nossos conhecimentos se estendam a um número maior de áreas, com graus desiguais de desenvolvimento”.⁶¹

sobretudo da obra *La Méthode Sociale*, de 1879 (ver Le Play, 1879), para compor seu entendimento sobre a influência do meio natural na conformação do modo de vida.

⁵⁸ Vidal de la Blache, 2005 [1911a], p. 114.

⁵⁹ Vidal de la Blache, 2005 [1911a], p. 114.

⁶⁰ Vidal de la Blache, 2005 [1911a], p.115-116.

⁶¹ Vidal de la Blache, 2005 [1911a], p. 114.

Outro ponto fundamental da proposição de Vidal de La Blache é sua reflexão sobre a importância do clima para a evolução e variação dos modos de vida. Segundo ele, os lugares em que as estações do ano são bem definidas tendem a abarcar modos de vida mais dinâmicos, com práticas sociais mais variadas e complexas quando comparados com áreas onde há pouca variação climática. Para ele, “as modificações periódicas que as diferenças de estação produzem na natureza viva fornecem ao homem, particularmente, possibilidades múltiplas de intervenção e ocasiões de iniciativa. Elas serviram de norma à organização dos gêneros de vida. Numa terra submetida a um clima uniforme, estes estímulos teriam feito falta”.⁶² O geógrafo francês conclui que “o desenvolvimento de um gênero de vida é uma questão essencialmente geográfica e, para compreendê-lo, é necessário recorrer às origens das diferenças que ele introduz entre os espaços e os homens”.⁶³

Na proposta lablacheana, portanto, a noção de modo de vida não deve ficar restrita apenas às relações sociais simples. Para ele, as ações humanas sobre a natureza são expressões da maneira como o homem enxerga o meio e a si próprio. Representa a forma com que o homem, ou determinado grupo social, interage com o meio. Assim, um modo de vida não se constitui como algo imutável, ele é dinâmico podendo, inclusive, estar contido dentro de outros modos de vida. Na avaliação da geógrafa Marta Inêz Medeiros Marques, na elaboração teórica lablacheana “os gêneros de vida podem apresentar uma evolução, com transformações e mesmo ramificações em subgêneros. O modo de vida agrícola, por exemplo, pode evoluir de uma agricultura rudimentar até a agricultura industrializada”.⁶⁴

Nota-se que as proposições de Vidal de la Blache a respeito da definição do modo de vida ainda continha resquícios do naturalismo. Entretanto, ressaltou que o clima e a paisagem não determinam os modos de vida, mas condicionam os hábitos de determinado grupo social. Além disso, sua definição do objeto da Geografia – estudo da relação homem-meio na perspectiva da paisagem –⁶⁵ colocou a Geografia definitivamente como uma ciência idiográfica, do espírito, humana.

“Assim, na perspectiva vidaliana, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome Possibilismo dado a esta corrente por Lucien Febvre. A teoria de Vidal concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de

⁶² Vidal de la Blache, 2005 [1911a], p. 130.

⁶³ Vidal de la Blache, 1911b, p. 19, tradução nossa.

⁶⁴ Marques, 1994, p. 13.

⁶⁵ Moraes, 2005, p. 68.

técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis.”⁶⁶

O geógrafo brasileiro Antônio Carlos Robert Moraes, ao analisar a história do pensamento geográfico francês, afirma que a maior contribuição de Vidal de la Blache foi valer-se de sua formação como historiador para “aumentar a carga humana do estudo geográfico”,⁶⁷ no entanto, “ele não rompeu totalmente com a visão naturalista”⁶⁸ ao afirmar, por exemplo, que “a Geografia é uma ciência dos lugares e não aquela dos homens”.⁶⁹

Mas além de Vidal de La Blache, outros pensadores da Geografia também desenvolveram o conceito modo de vida, como, por exemplo, os geógrafos Max Sorre^{70 71} (1880-1962), Carl Sauer⁷² (1889-1975), Max Derruau⁷³ (1920-2004) e James Morris Blaut⁷⁴ (1927-2000). No entanto, a partir da formulação conceitual de Vidal de la Blache, o modo de vida foi discutido e aplicado em muitas pesquisas, sobretudo aquelas desenvolvidas por geógrafos, historiadores e economistas nos anos 1920, com destaque para a obra *A Terra e a Evolução Humana*⁷⁵ publicada originalmente em 1921 pelo historiador francês Lucien Febvre (1878-1956), considerado o continuador⁷⁶ das ideias de Paul Vidal de la Blache.⁷⁷

Febvre foi o primeiro pensador a fazer “um esforço de sistematização da ciência geográfica francesa”,⁷⁸ mas para escrever sua principal obra não teve acesso ao maior estudo de Vidal de la Blache, *Princípios de Geografia Humana*,⁷⁹ porque este livro, organizado por Emmanuel de Martonne (1873-1955), só foi publicado em 1922.

Febvre utilizou a noção de gênero de vida para dar ainda mais ênfase à ação humana na análise da relação entre o homem e a natureza e para tentar romper

⁶⁶ Moraes, 2005, p. 68-69.

⁶⁷ Moraes, 2005, p. 66.

⁶⁸ Moraes, 2005, p. 67.

⁶⁹ Vidal de La Blache, 1913, p. 299, tradução nossa.

⁷⁰ O nome correto deste geógrafo é Maximilien Sorre, entretanto optamos por utilizar a penas Max Sorre porque era assim que ele se identificava na maioria de suas obras. No entanto, é possível encontrar textos deste autor onde o mesmo assinava seu nome completo.

⁷¹ Ver Sorre, 1948a e 1948b.

⁷² Ver Sauer, 1963.

⁷³ Ver Derruau, 1961.

⁷⁴ Ver Blaut, 1970.

⁷⁵ Febvre, 1954.

⁷⁶ Lira, 2008, p. 2.

⁷⁷ Cabe ressaltar que os conhecimentos da área da Geografia produzidos por Lucien Febvre não são os mesmos de Paul Vidal de la Blache. Febvre não se dedicou, por exemplo, diretamente à análise dos embates entre as escolas francesas e alemã.

⁷⁸ Geraldino, 2010, p. 51; Lira, 2008, p. 7.

⁷⁹ Vidal de la Blache, 1922.

definitivamente com o naturalismo. Mesmo não tendo acesso completo ao corpo teórico elaborado por Vidal de la Blache, Febvre utiliza algumas de suas ideias para responder às críticas de sociólogos (pesquisadores dos temas ligados à Morfologia Social e embasados nos postulados de Émile Durkheim) direcionadas à Geografia.

“... e repitamos com Durkheim, desta vez sem reservas nem limitações: não há dúvida de que as influências geográficas estão longe de ser desprovidas de importância (...) mas não parece que tenham o tipo de preponderância que lhes atribuí (...). Entre todos os traços constitutivos dos tipos sociais não há nenhum, que nós saibamos, que eles possam explicar. (...). Aliás, como seria isso possível, uma vez que as condições geográficas variam de lugar para lugar, enquanto se encontram tipos sociais idênticos nos mais diversos pontos do globo?”⁸⁰

Em resposta aos sociólogos, Febvre salienta que esse grupo de pensadores estava se reportando às ideias de Ratzel (determinismo) como se não houvesse a escola francesa e como se os postulados ratzelianos fossem um consenso entre os geógrafos.

Depois de Lucien Febvre, outros pensadores estudaram o modo de vida. Aquele que mais avançou no desenvolvimento do conceito foi Max Sorre, discípulo de Vidal de la Blache, mas profundo conhecedor da geografia alemã, sobretudo da obra de Alexander von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859). Sorre tinha ainda um conhecimento minucioso sobre o pensamento de geógrafos franceses como o anarquista Jacques Élisée Reclus (1830-1905). Além disso, possuía ligações pessoais e profissionais com médicos, biólogos e sociólogos, influências que lhe renderam uma visão peculiar sobre a relação do homem com o meio⁸¹ e os modos de vida.

No corpo teórico elaborado por Max Sorre, observa-se uma completa superação dos resquícios deterministas e naturalistas. Enquanto Vidal de la Blache elaborou seu entendimento para compreender e descrever a diferenciação de áreas no contexto europeu, Sorre foi mais analítico. Seu pensamento representou o amadurecimento do pensamento geográfico dos anos 1950 em relação aos anos 1920. O estudo da relação homem-meio, por exemplo, deu lugar à preocupação com as condições de existência humana, material e imaterial, no bojo do processo de desenvolvimento tecnológico e como este se insere no cotidiano, na reprodução das relações sociais e dos modos de vida. Para ele, o objeto da Geografia é o meio, não o meio natural ou físico, mas o da interação humana, pois, no seu entendimento, o meio é eminentemente social.

⁸⁰ Febvre, 1954, p. 448.

⁸¹ George, 1962, p. 450.

Mesmo valendo-se das mais recentes reflexões da Etnografia e da Sociologia, Sorre não foi partidário das teses dos sociólogos e economistas marxistas da primeira metade do século XX que, segundo ele, enxergavam o homem como economicus. Sua interpretação é de que o homem é aquele que interage e se desenvolve influenciado pelo avanço das técnicas. Seu foco analítico estava, portanto, comprometido com o entendimento das novas formas de sobrevivência e sociabilidade conformadas no bojo de um processo desumanizado.

“A desumanidade está na essência do progresso técnico. Procurar atingir seus próprios objetivos sem preocupar-se com a felicidade do homem. Sem dúvida, a ideia de felicidade é o último objeto de preocupação dos seus promotores. Sem dúvida a melhoria das condições materiais de existência do nível de vida é efetiva em muitos países para a massa crescente de trabalhadores; e é verdade que o crédito concedido ao progresso técnico não repousa unicamente nos mitos. Mas na quantidade de sofrimento a eles ligados. Quanto maior é a especialização do trabalhador, maior é o seu sofrimento na mudança para outra ocupação porque o conjunto de hábitos profissionais está incorporado à personalidade do indivíduo. Quanto mais o meio físico e espiritual ao qual pertence for coerente, mais intolerável e dilacerante será seu sofrimento provocado pela mudança e mais trabalhosa será sua integração com um novo meio. Os homens são mais que unidades de trabalho.”⁸²

Para Sorre, além de desumanizar e escravizar os homens, o avanço das técnicas criou um enorme abismo entre as gerações, o que criou modos de vida muito distintos em realidades semelhantes e entre pessoas muito próximas. O autor não analisa apenas as diferenças entre os modos de vida de grupos sociais distintos, vivendo em áreas distintas, mas também as variadas formas de se fazer da vida nos mesmos grupos, separado por gerações muito próximas umas das outras. É a partir desse novo contexto que Sorre irá resgatar a importância dos gêneros de vida para o geógrafo, promovendo uma nova interpretação.

Para resgatar, desenvolver e atualizar a noção criada por Vidal de la Blache, Sorre escreve dois artigos intitulados A Noção de Gênero de Vida e o seu Valor Atual,⁸³ publicados originalmente nos Anais de Geografia de Paris, em 1948, no qual define os elementos constitutivos do conceito e trata da necessidade e da atualidade de se utilizá-lo nos estudos geográficos justificando que,

“A noção de gênero de vida é extremamente rica, tendo em vista que abarca a maior parte, senão a totalidade, das atividades de um grupo ou de um indivíduo.

⁸² Sorre, 1955, p. 257, tradução nossa.

⁸³ Sorre, 1948a e 1948b.

Ela faz chegar a um estágio avançado da cultura, uma espécie de libertação. Esses elementos materiais e espirituais são, no maior sentido da palavra, as técnicas, os procedimentos transmitidos pela tradição e, graças a esses elementos o homem se apropria da natureza. Técnicas de energia, técnica de produção de matérias-primas, de utilização, são sempre técnicas, ainda que as instituições que mantêm a coesão do grupo estejam perenes.”⁸⁴

O contexto político-ideológico vivenciado pelo mundo na década de 1940, fim da Segunda Guerra, e o mundo em reestruturação forneceram importantes elementos para Sorre repensar o conceito modo de vida. As cada vez mais rápidas transformações dos espaços, dado também a partir dos elementos técnicos, exigem do modo de vida um dinamismo maior. Por conseguinte, embora reconheça a contribuição lablachiana, Sorre enfatiza que, da forma como foi elaborado, o conceito não era suficiente para entender a sociedade existente nos anos 1940.

“A proposta de Sorre foi, sem dúvida, a reciclagem da Geografia Humana concebida por Paul Vidal de la Blache. Representou uma retomada e um enriquecimento das suas teorias, mantendo-lhes a essência. Representou a segunda grande formulação da Geografia francesa, no sentido de um conhecimento geográfico global e unitário.”⁸⁵

Sorre desenvolve o modo de vida enfatizando a técnica⁸⁶ como um elemento fundante do mesmo. Para ele, o conceito é definido pelo conjunto de elementos técnicos, sociais, culturais e jurídicos que uma sociedade utiliza para a sua manutenção/reprodução. Essa definição fez o conceito ganhar novo fôlego e ser utilizado por outros autores para a compreensão das transformações sociais ocorridas nas décadas de 1950 e 1960. Além disso, Sorre discorreu também sobre a evolução dos modos de vida, permitindo assim uma maior longevidade de sua interpretação num mundo cada vez mais mutante, e afirma que um modo de vida, quando identificado como tal pelos pesquisadores, é porque já adquiriu um grau de maturidade e complexidade que lhe confere características bem marcadas.⁸⁷

Para Max Sorre, um modo de vida é inconcebível sem uma organização social, percebe-se que, na sua interpretação, é o caráter estável das práticas cotidianas que lhe confere características. O modo de vida camponês, por exemplo, possui uma mais fácil identificação dada sua estabilidade. No entanto, estabilidade não quer dizer imobilidade. Desta maneira, os elementos materiais e imateriais, ao

⁸⁴ Sorre, 1955, p. 257, tradução nossa.

⁸⁵ Moraes, 2005, p. 81.

⁸⁶ Max Sorre entende a técnica como sendo “tudo que pertence à indústria e à arte, em todos os domínios da atividade humana”. (Sorre, 1948a, p. 98).

⁸⁷ Sorre, 1948a, p. 101.

mesmo tempo em que conferem estabilidade, revelam as dinâmicas interna e externa do modo de vida dos camponeses expresso na fisionomia das áreas, no corpo e na alma do camponês.⁸⁸

Em relação à evolução do modo de vida, seja ele simples ou mais complexo, o autor aponta a circulação como elemento primordial. Em suas palavras, “em todos os períodos da história, a circulação carrega uma enxurrada de elementos de renovação dos modos de vida”⁸⁹ e as atividades que promovem a circulação, sejam elas internas ou externas ao grupo social, criam um ambiente de transformação porque “a circulação não se restringe em modificar elementos do modo de vida. Sua ação não é simplesmente de transformação, mas condição de existência dos modos de vida tradicionais e, em certa medida, como um agente de estabilização”.⁹⁰

Em suma, a circulação para Max Sorre não se constitui apenas como circulação de produtos entre dois modos de vida existentes em uma mesma região. Sua compreensão de circulação foi fundamental para delinear a reformulação do conceito modo de vida. Para ele, a circulação ocorre em todas as escalas (local, regional, global) e foi pensada enquanto elemento que promove a mobilidade humana. A circulação é, portanto, a circulação de pessoas, de grupos humanos. A criação de uma estrada de ferro, para usar um exemplo dado por ele, promove uma ruptura do equilíbrio demográfico nas sociedades camponesas, alterando significativamente seu modo de vida. A circulação de pessoas e produtos promovida por uma estrada de ferro também propicia a comunicação, o acesso a novas ideias, a novas ideologias e o contato com outros modos de vida exteriores à realidade camponesa. Além disso, a maior circulação de mercadorias por conta da estrada de ferro traz consigo abertura de mercado, promovendo a especialização da produção, afetando práticas características do modo de vida tradicional camponês, como a policultura e a produção para consumo próprio.

A partir do fenômeno do crescimento das cidades, sobretudo da década de 1940 na Europa, Sorre passa a interpretar as mudanças dos modos de vida tradicionais, causados pela circulação, como um fenômeno de dependência do campo com a cidade. Afetado pelas demandas da cidade e da indústria, promovidas pela circulação, o modo de vida camponês se metamorfoseia, se especializa, mas não se transforma em um modo de vida urbano praticado no campo; ele se torna, de acordo com Max Sorre, um modo de vida camponês urbanizado.⁹¹

⁸⁸ Sorre, 1948a, p. 99-100.

⁸⁹ Sorre, 1948b, p. 193, tradução nossa.

⁹⁰ Sorre, 1948b, p. 195, tradução nossa.

⁹¹ Sorre, 1948b, p. 203.

Percebe-se que o esforço de Sorre trouxe uma contribuição significativa para repensar o modo de vida e sua utilização dentro da análise geográfica. No entanto, sua elaboração teórica não teve uma expressiva continuidade após sua morte, em 1962, porque, nesse período, já havia uma efervescência dos pressupostos da chamada Nova Geografia,⁹² corrente teórico-metodológica de origem estadunidense, formulada entre o final da década de 1940 e início dos anos 1950, que se valia de métodos matemáticos para entender o espaço e sua dinâmica.⁹³ Nessa corrente, o modo de vida sequer fazia parte de conceitos ou categorias coadjuvantes, o que revela a influência do desenvolvimento técnico estadunidense e inglês do período pós-Segunda Guerra Mundial.

As novas demandas estatais influenciaram nos problemas de pesquisa deste momento, até porque a maioria delas era financiada com recursos públicos. Mas, pouco tempo depois, a corrente quantitativa passou a ser muito questionada, inclusive pelos seus seguidores, como David Harvey, por exemplo, que afirmou, em 1972, que seus pressupostos já não davam conta de explicar os fenômenos geográficos que o mundo atravessara naquele momento, e completou: “o paradigma quantitativo já está maduro para sua derrocada”.⁹⁴ Além disso, o movimento antipositivista, que questionava os pressupostos até então elaborados pela Nova Geografia, abre caminho para a ascensão de novos caminhos teórico-metodológicos, como as correntes denominadas de Geografia Humanista e Geografia Crítica.⁹⁵

Enquanto a corrente crítica da década de 1970 se dedicava a temas como pobreza, grupos sociais marginalizados, conflitos sociais, desordem e planejamento,⁹⁶ a Geografia Humanista, por meio de pensadores como Yi-Fu Tuan,⁹⁷ Armand Frémont, Anne Buttimer, Edward Relph e David Ley, se dedicou aos estudos da

⁹² O termo Nova Geografia foi cunhado pelo climatologista inglês Gordon Manley, em 1966 (Christofoletti, 1982, p. 71). Mas, dependendo do país ou dos métodos matemáticos utilizados por seus pesquisadores também é chamada de geografia pragmática, aplicada, sistêmica ou modelística. No Brasil, as nomenclaturas mais utilizadas são: geografia teórica ou quantitativa (Moraes, 2005, p. 100-111). Não vamos nos ater às variações desta corrente teórico-metodológica do pensamento geográfico tendo em vista que sua contribuição para o entendimento do modo de vida foi inexpressiva.

⁹³ Christofoletti, 1982, p. 73.

⁹⁴ Harvey, 1976, p. 1.

⁹⁵ Claval, 1995, p. 98-101.

⁹⁶ Capel, 2012, p. 391.

⁹⁷ Já havia pesquisas sendo desenvolvidas no pensamento geográfico sob o viés de uma geografia comportamental desde o final da década de 1950 nos Estados Unidos no bojo do movimento de retomada e renovação dos pressupostos da Geografia Cultural proposta por Carl Sauer na década de 1920. Além disso, em 1961, é publicado o artigo *Thopophilia or sudden encounter with landscape*, de Yi-Fu Tuan, geógrafo chinês radicado nos Estados Unidos, que em 1974 publicaria aquela que é considerada a mais expressiva obra da geografia humanista: *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Entretanto, de acordo com Holzer (2008, p. 137), a fundação formal é datada de 1976, quando a Associação Americana de Geógrafos publica o texto *Humanistic Geography*, do próprio Yi-Fu Tuan, só traduzido para a língua portuguesa em 1982.

condição humana,⁹⁸ do espaço vivido, que abarca a ação e imaginação do homem, suas percepções, comportamentos e valores. Tinha por objetivo “desenvolver um tipo de conhecimento pessoal que permita tanto as emoções quanto o pensamento, tanto a paixão quanto a razão, que conduza à compreensão do mesmo e do mundo”.⁹⁹ A quebra da materialidade dos conceitos, de definições e relações está na gênese da corrente humanista, conforme explica Yi-Fu Tuan.

“A Geografia Humanística reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição. A Geografia Humanística não é, desse modo, uma ciência da terra em seu objetivo final. Ela se entrosa com as Humanidades e Ciências Sociais no sentido de que todas compartilham a esperança de prover uma visão precisa do mundo humano. (...) A Geografia Humanística procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar.”¹⁰⁰

É no bojo do desenvolvimento de estudos sobre este viés analítico, no qual a categoria lugar é central na Geografia, que o conceito modo de vida ganha importância para a corrente humanista porque não foi apenas resgatado, mas quebrou sua materialidade por meio do resgate crítico das proposições de Paul Vidal de la Blache, que foram associadas aos pressupostos do filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938), fundador da escola da fenomenologia,¹⁰¹ para dar conta de explicar o espaço vivido.¹⁰²

“A coincidência da identificação social e espacial dentro de uma região foi exemplificada de modo particular nos estudos das regiões francesas, nos primórdios do século XX. Muito embora as fronteiras fisiográficas fossem enfatizadas, o padrão de vida (genre de vie) modelado pelo sentido de lugar. Mudanças tecnológicas e econômicas no gênero de vida abriram o horizonte das pessoas em função das redes de interação mais amplas, mas nem sempre solaparam o sentido do lugar, até mesmo as populações tecnologicamente sofisticadas e urbanas têm identificação territorial.”¹⁰³

A categoria modo de vida na perspectiva da Geografia Humanista é desenvolvida também a partir da crítica às abordagens que centralizavam o foco analítico na

⁹⁸ Tuan, 1982, p. 143; Holzer, 2008, p. 137.

⁹⁹ Buttimer, 1978, p. 74, tradução nossa.

¹⁰⁰ Tuan, 1982, p. 144.

¹⁰¹ Capel, 2012, p. 402.

¹⁰² Por isso é que alguns geógrafos humanistas vão usar também os termos modo de vida e mundo de vida, fazendo referência a importância do percebido e vivido (Capel, 2012, p. 398-402).

¹⁰³ Buttimer, 1982, p. 177.

economia. Para Yi-Fu Tuan,¹⁰⁴ por exemplo, a compreensão dos animais enquanto sujeitos de promoção de ganho econômico para a humanidade foi transferida para o entendimento do próprio homem, da sociedade. Nesse contexto, elementos subjetivos, como os sentimentos e as percepções humanas, foram esquecidos. Nas palavras do autor,

“As forças econômicas operam se as pessoas as reconhecem como tais ou não. Entretanto, a conscientização tem um impacto sobre os tipos de decisões tomadas e, por isso, sobre o funcionamento do sistema econômico. Podemos perguntar: os comerciantes dos mercados periódicos africanos sabem como funciona a economia? Sem dúvida alguma, alguns sabem mais que outros. Como este conhecimento parcial e diferencial afeta a geografia de mercado? As pessoas agem com base na informação que tem. Esta informação pode ser uma sabedoria herdada ou, no outro extremo da escolha deliberada, ela é um produto de análise econômica calculada.”¹⁰⁵

Não se trata, porém, de negligenciar as influências da economia na vida, no tempo e no espaço, mas de considerá-las dentro do conjunto de elementos que conferem sentido à vida. É nesta perspectiva que o modo de vida é definido, ou seja, composto também por elementos psicológicos, cognitivos, emocionais, religiosos e profanos,¹⁰⁶ características que não eram consideradas nas perspectivas daquele momento por algumas leituras voltadas, por exemplo, ao modo de vida a partir da biologia. Em suma, “o modo de vida no contexto humano não significa meramente atividades que mantêm uma vida biológica da comunidade. O termo é usado principalmente para os seres humanos e por uma boa razão: até mesmo entre os povos mais primitivos, o ganhar a vida é colorido por objetivos e valores não zoológicos”.¹⁰⁷

A quebra da materialidade do conceito realizada pela corrente humanística significou um resgate e atualização do modo de vida para a realidade contemporânea. A derivação do seu entendimento calcado na Psicologia Social insere à sua definição elementos para pensar a imaterialidade do espaço e das relações que compõem o fazer-se da vida, conformado mentalmente a partir da experiência, do vivido.¹⁰⁸ No entanto, a dificuldade de produzir interpretações teóricas generalizadoras e o subjetivismo exacerbado fez com que as interpretações da geografia humanista passassem a ser questionadas em virtude da limitação da compreensão de uma sociedade calcada na exploração do trabalho

¹⁰⁴ Tuan, 1982, p. 151-152.

¹⁰⁵ Tuan, 1982, p. 153.

¹⁰⁶ Tuan, 2007, p. 9 e 233.

¹⁰⁷ Tuan, 1982, p. 152-153.

¹⁰⁸ Fremont, 1974, p. 237.

e no consumo dirigido¹⁰⁹ como modo de vida. Na verdade, o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial, pautado no capitalismo avançado, neoliberal, passa a exigir dos geógrafos humanistas postulados que não faziam parte do paradigma que eles estudavam, tendo em vista que a maior parte das investigações sobre o imaterial e o lugar não tinham por objetivo a materialidade e a generalização. No entanto, seus críticos afirmam que o viés analítico dos geógrafos ligados à geografia humanística era do tipo circular e, por isso, seria impossível esperar sínteses integradoras dessa corrente.¹¹⁰

O modo de vida pensado por geógrafos a partir da realidade brasileira

No Brasil, os estudos geográficos tendo como objeto o modo de vida foram iniciados no final da década de 1930 e início dos anos 1940. Um dos mais importantes estudiosos do tema na realidade brasileira foi o geógrafo francês Pierre Monbeig (1908-1987), que viveu no país entre 1935 e 1946. De acordo com Aziz Ab'Saber:

“Pierre Monbeig veio ao Brasil para se agregar aos professores da missão francesa, convidada a participar da fundação da Universidade de São Paulo. Tinha, de saída, o difícil desafio de substituir um brilhante antecessor, que permanecera apenas alguns meses em São Paulo, transferindo-se para a Universidade do Brasil [atual UFRJ], no Rio de Janeiro. Efetivamente, o professor Pierre Deffontaines era uma personalidade aparentemente insubstituível. Dissidente da Sorbonne, mutilado de guerra, autor de livros e textos reconhecidos internacionalmente, Deffontaines havia tomado todas as iniciativas para implantar o ensino universitário das ciências geográficas em São Paulo e no Brasil. Coube a Monbeig, com sua tranquilidade, sua linguagem cartesiana, e sua coerência de pesquisador e professor, dar continuidade plena e consolidar o trabalho iniciado por Deffontaines.”¹¹¹

Defensor do trabalho de campo, Pierre Monbeig conheceu realidades diferentes daquelas onde vivia. Nessas expedições, muitas vezes realizados na companhia de seus orientandos, o geógrafo francês se viu atraído pelos estudos das zonas pioneiras do Oeste paulista.¹¹²

Muitas foram as pesquisas desenvolvidas por ele sobre o Brasil, sendo *Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo*¹¹³ a de maior fôlego, defendida como tese de

¹⁰⁹ Lefèbvre, 1969, p. 77-119.

¹¹⁰ Capel, 2012, p. 402.

¹¹¹ Ab'Saber, 1994, p. 222.

¹¹² Ab'Saber, 1994, p. 225-226; Monbeig, 1998, p.17.

¹¹³ Monbeig, 1998.

doutorado na Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne) em 1949 e publicada originalmente no ano seguinte na França.

A realidade em profundo e incessante movimento encontrada por Pierre Monbeig o desafiou tanto em termos metodológicos quanto sua visão de mundo. No Brasil, encontrou uma realidade mais complexa e contraditória, que exigia uma análise mais profunda e um método capaz de interpretar suas relações.

“Mudanças administrativas, incertezas estatísticas, vazios cartográficos, eis tantas consequências de um estado de coisa que, a cada dia, se modifica. Tão rápidas são as transformações que tudo que se pode escrever a respeito entra logo na história. Por isso, foi o próprio movimento que eu tentei descrever e explicar; não era possível elaborar uma monografia regional, por isso procurei compor o estudo de uma sociedade em movimento, de preferência um estudo de gênero de vida.”¹¹⁴

O premiado trabalho de Monbeig ofereceu uma significativa contribuição teórico-metodológica à ciência geográfica naquele momento, inclusive para os estudos sobre o modo de vida.¹¹⁵ Tal contribuição tem sua origem na chegada do estudioso ao Brasil, onde percebe que o método da Geografia Regional francesa seria insuficiente para explicar os movimentos que constituíam o espaço brasileiro.¹¹⁶

De acordo com o geógrafo Aldo Dantas,

“Estudando no Brasil, Monbeig toma consciência dos desafios que se colocam à Geografia mais cedo do que se permanecesse na Europa. Ele é sensível à exigência de desenvolvimento que se apresenta no Brasil do Estado Novo: mensura o papel das cidades na exploração do espaço brasileiro e é tocado pela rapidez de seu desenvolvimento; percebe que o instrumento que constitui a análise dos gêneros de vida não dá conta do essencial num país de povoamento recente, onde a economia está em reconstrução permanente”.¹¹⁷

Monbeig se dedica ao estudo sobre modo de vida e meio para cunhar a noção de complexo geográfico, entendido por ele como o conjunto de relações entre os elementos que conformam o espaço e as consequências decorrentes dessas relações. Para ele, a Geografia, mais que localizar e identificar os fatos deveria explicá-los.

¹¹⁴ Monbeig, 1998, p. 19 – grifo nosso.

¹¹⁵ É preciso ressaltar que a tese de Pierre Monbeig não tratou exclusivamente do modo de vida, no entanto nos apegamos à análise dessa categoria tendo em vista que é central para esta pesquisa.

¹¹⁶ De acordo com o geógrafo Aldo Dantas, “a Geografia Regional ‘à francesa’ retrata perfeitamente a sua época, a de uma França majoritariamente rural e ‘estável’, onde as regiões parecem imutáveis e congeladas pelo tempo”. (Dantas, 2009, p. 2 – grifos do autor).

¹¹⁷ Dantas, 2009, p. 4.

O essencial da contribuição de Monbeig foi sua análise sobre o modo de enxergar o mundo e sua influência no modo de vida das pessoas, pois, segundo ele, analisar a visão de mundo, a ideologia, é fundamental para o entendimento do modo de vida de determinado grupo ou sociedade. Para chegar a essa conclusão, o geógrafo francês analisou tanto o modo de pensar, o mito bandeirante, como o modo de viver e de pensar dos jovens profissionais (médicos, engenheiros agrônomos etc.) e dos migrantes que iam para as zonas pioneiras em busca de prosperidade. Segundo ele, a emigração para as franjas pioneiras é a materialização de discurso do enriquecimento em curto prazo. Em suas palavras,

“O paulista de velha estirpe acompanhava orgulhosamente a marcha para o Oeste. Comprazia-se em contar como seu avô abandonara a fazenda do Vale do Paraíba pela região de Campinas; em seguida seu pai abrira uma plantação na zona de Ribeirão Preto; e ele, por sua vez, continuava a desbravar a floresta na Alta Paulista ou ao norte do Paraná. Realizava o filho do imigrante, em uma geração, o que a família fizera em três etapas. Para ele, tratava-se também de prosseguir uma tradição, a dos pais que vieram arriscar a sorte, e era dentro deste espírito que ele continuava. A bem dizer sofriam todos a magia dos grandes espaços livres e experimentavam todos uma ardente convicção de que a fortuna lá os esperava.”¹¹⁸

Em relação ao mito bandeirante, Monbeig traça o que ele chama de psicologia do bandeirante, para demonstrar que “o modo de pensar e os modos de vida caminham juntos e devem ser analisados como um par”.¹¹⁹

“Num país cujo passado é curto, fica-se apaixonadamente preso ao que ele pode ter de prestigioso. Sendo um dos mais assombrosos da jovem história brasileira, o episódio das bandeiras impressiona muito as crianças. (...). Não que se ignore, nem mesmo que se esconda o que houve de brutal no comportamento dos bandeirantes, nem a sede de lucro que os animava. Mas, que episódio da história gloriosa, em não importa que país, deixará de estar manchado por algum crime? (...). Fato extremamente importante (a forte atração), pois se criou um mito do bandeirante, cuja eficácia psicológica é incontestável. Quando se quer celebrar um fazendeiro, desbravador de matas, plantador de cidades, nenhum título melhor a deferir-lhe que o de bandeirante.”¹²⁰

A migração dos jovens profissionais para as áreas pioneiras é destacada por Pierre Monbeig como um elemento permeado por uma espécie de manutenção da tradição familiar, ou seja, um modo de vida permeado pelos valores ideológicos

¹¹⁸ Monbeig, 1998, p. 123-124.

¹¹⁹ Andrade, 2011, p. 49.

¹²⁰ Monbeig, 1998, p. 121.

vindo das histórias de vida dos parentes.¹²¹ A grande contribuição Monbeig para os estudos sobre o conceito de modo de vida foi apontar sua inseparável relação com a noção de ideologia, ou seja, a visão de mundo socialmente construída que pauta o fazer-se da vida das pessoas.¹²²

Posteriormente no Brasil, sobretudo entre as décadas de 1950 a 1970, os trabalhos tendo o modo de vida como temática de pesquisa foram quase que inexistentes. Fato decorrente da ascensão da Nova Geografia no país cujo objetivo era dar aplicabilidade técnica à ciência geográfica. Desta maneira, a renovação metodológica trazida pela corrente quantitativa no Brasil procurou desenvolver conhecimentos relacionados ao planejamento (sempre entendido a partir do ponto de vista técnico). Portanto, para os seguidores dessa corrente, o conceito modo de vida não foi elemento fundamental¹²³ para compreender geograficamente a realidade brasileira.

Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1970, no bojo da oposição ao regime militar, emerge outro movimento de renovação na ciência geográfica: a Geografia Crítica. Neste momento, o pensamento geográfico volta-se à análise socioeconômica enfatizando as contradições da sociedade criadas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. A perspectiva teórico-metodológica adotada passa a ser o materialismo histórico-dialético. Nesta nova fase – já na primeira metade dos anos 1980 – os estudos sobre o modo de vida voltam à produção científica. Mas é na década de 1990 que as análises ganham maior importância e representatividade, com destaque para os estudos relacionados à reprodução do modo de vida camponês e às relações entre agricultura e urbanização, respectivamente, de Marta Inês Medeiros Marques¹²⁴ e Júlio César Suzuki.¹²⁵

A partir deste momento, o conceito passa a ser entendido como uma construção social, formado por um conjunto de relações que lhe confere sentido,¹²⁶ bem como a maneira como as pessoas vivem, percebem e concebem o espaço.¹²⁷ É neste contexto, portanto, que a noção de modo de vida no Brasil passa a ser entendida a partir da mediação com a história social dos grupos estudados. Além disso, há um rompimento com certo romantismo existente até então que interpretava as

¹²¹ Monbeig, 1998, p. 122.

¹²² Pierre Monbeig, ao desenvolver suas análises, não trabalhou com o método marxista. Entretanto, concordamos com Andrade (2011, p. 20-21) quando a autora afirma que na Geografia produzida por ele os elementos sociais, como, por exemplo, a luta de classes, não estavam ausentes.

¹²³ Moraes, 2005, p. 100-111.

¹²⁴ Marques, 1994.

¹²⁵ Suzuki, 1996.

¹²⁶ Marques, 1994, p. 4.

¹²⁷ Suzuki, 1996, p. 179.

sociedades camponesas como relativamente livres e quase sem relações com a sociedade urbano-industrial, como explica Suzuki.

“As sociedades tradicionais não estão apartadas da sociedade urbano-industrial (...). Elas estão, sim, cada vez mais, mediadas pelo mundo urbano e da mercadoria, por influências que chegam aos seus moradores por rádio, televisão, internet, escola, igreja, dentre vários outros meios.”¹²⁸

A contribuição do geógrafo Júlio César Suzuki é substancial para a compreensão do conceito modo de vida no pensamento geográfico contemporâneo no Brasil. Sua interpretação destaca o caráter dialético da inserção das sociedades tradicionais no mundo capitalista, marcada pela relação contraditória de distanciamento e aproximação, conforme explica:

“Distanciamento porque não possuem modos de vida iguais aos da sociedade urbano-industrial, já que vivem densamente a relação com a natureza, cujo tempo cíclico marca, em grande medida, a reprodução material e imaterial dos grupos; aproximação porque o mundo da sociedade urbano-industrial se mantém como uma mediação significativa na vida dos moradores dos territórios tradicionais, pois influencia, cada vez mais, a maneira como os sujeitos se veem no mundo e veem o mundo, bem como se realizam como sujeitos, o que incorpora a definição de projetos, sonhos, anseios e receios.”¹²⁹

Os estudos de Suzuki marcam a importância do tempo e de temporalidades distintas como elementos conformadores do modo de vida. Essa distinção, sobretudo entre os tempos histórico e cronológico é um elemento fundante, que delinea o fazer-se da vida porque “a temporalidade ou tempo histórico se identifica com o tempo da experiência, ou seja, é marcada pela subjetividade. Por outro lado, o tempo cronológico é identificado com o tempo do relógio, portanto, abstrato”.¹³⁰

A partir dos anos 2000, há uma polarização dos estudos sob cotidiano na sociedade capitalista. De um lado, as pesquisas sobre as condições de vida e reprodução dos grupos sociais do espaço urbano, pautados no conceito de vida cotidiana do filósofo francês Henri Lefèbvre (1901-1991). De outro, as investigações sobre a reprodução da classe camponesa no bojo do processo de expansão do capitalismo neoliberal, em que o modo de vida é o centro analítico. A categoria modo de vida nos estudos camponeses passa a ser mediada pela noção de bairro rural, entendida como locus da reprodução do modo de vida camponês, como “expressão espacial

¹²⁸ Suzuki, 2013, p. 630.

¹²⁹ Suzuki, 2013, p. 630-631 – grifos do autor.

¹³⁰ Suzuki, 1997, p. 68.

da comunidade, pois é neste que se dá a reprodução do modo de vida do grupo social”,¹³¹ como lugar das práticas solidárias, a exemplo da ajuda mútua e do mutirão, fundamentais no processo de constituição do território camponês.¹³²

Atualmente, a definição mais completa no que tange ao entendimento do modo de vida camponês na contemporaneidade é a elaborada por Júlio César Suzuki:

“... poderíamos redefinir modo de vida pela forma como os moradores percebem, vivem e concebem o espaço, mediados pelo conjunto de suas práticas cotidianas e por sua história, posição que ocupam na sociedade envolvente e forma específica que assegura a sua reprodução social, constituindo-se no modo pelo qual o grupo social manifesta sua vida. (../..) O modo de vida se realiza, então, a partir de dimensões materiais e imateriais, como forma de apropriação e de reprodução das relações sociais em que se inserem os sujeitos, definindo práticas territoriais, com produção de territorialidades e territórios, relacionados, assim, à sociedade e à natureza.”¹³³

Nota-se, portanto, que é no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo que o conceito modo de vida ganha um enorme aprofundamento do debate filosófico, sobretudo a partir dos anos 1990, quando a categoria passou a ser entendida a partir dos vínculos entre o percebido, o concebido e o vivido.¹³⁴

Conclusões

O desenvolvimento do conceito modo de vida foi extremamente importante para o enriquecimento do pensamento social moderno. Sua interpretação, elaborada por intelectuais das diversas áreas das ciências sociais, e seus elementos constitutivos foram delineados no bojo das fases da evolução da história do pensamento social ocidental. A contribuição da Sociologia e da Antropologia para a conformação/evolução do conceito foi extremamente importante, mas foi na Geografia que ele ganhou definição precisa e centralidade analítica. O enfoque voltado à compreensão das transformações sociais da vida urbana por parte da Sociologia e a utilização da categoria para o entendimento da reprodução e organização da cultura no mundo moderno e na modernidade para a Antropologia não foram suficientes para compreender como tudo isso se materializava espacialmente e qual a contribuição da natureza nesse processo. Por conseguinte, foi o pensamento geográfico que melhor entendeu o conceito e ampliou sua utilização para a compreensão da sociedade, do contexto mais amplo aos mais

¹³¹ Rangel, 2011, p. 38.

¹³² Bombardi, 2004, p. 187.

¹³³ Suzuki, 2013, p. 633.

¹³⁴ Lefèbvre, 1986, p. 104-235.

particulares, do urbano ao rural. Além disso, coube à Geografia a tarefa de inter-relacionar e ressaltar a importância dos elementos materiais e imateriais em sua redefinição a partir dos anos 1980.

Mas ainda é preciso avançar! É preciso entender, por exemplo, como os modos de vida tradicionais são afetados e se relacionam numa fase de construções e reprodução dos valores morais e sociais pautados no poder hegemônico dos meios de comunicação e das políticas públicas de “desenvolvimento” implantadas pelo Estado a partir das premissas neoliberais. Esse debate insere a ideologia e o discurso como fundantes dos elementos materiais e imateriais que conformam aquilo que se entende por modo de vida na contemporaneidade. Se os valores sociais e morais tradicionais das sociedades camponesas, por exemplo, são reproduzidos por meio da prática, do vivenciado no cotidiano, os valores do capital são impostos por meio do discurso hegemônico, construído do bojo da necessidade constante de maximização da acumulação, marca ideológica, política e econômica desta fase do capitalismo. Esta realidade torna a sociedade ainda mais dinâmica e contraditória afetando a reprodução social em todo o mundo e impõe, novamente, a necessidade da inserção de novos elementos constitutivos ao conceito modo de vida.

Bibliografia

AB’SABER, Aziz. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*. São Paulo, 1994, vol. 8, nº 22, p. 221-232. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9699>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ANDRADE, Julia Cossermelli. Pierre Monbeig, um francês diante da geografia em movimento: um estudo sobre a obra “Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 2011, vol. 1, nº 52, p. 43-68. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34668>>. Acesso em: 23 out. 2020.

BLAUT, James Morris. *Geographic Models of Imperialism*. Antipode, 1970, vol. 2, nº 1, p. 65-85.

BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004. 395 p.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A Família na Obra de Frédéric Le Play. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 2002, vol. 45, nº 3, p. 513-544.

BUTTNER, Anne. Charism and Context: the challenge of "La Geographie Humaine". In: LEY, David e SAMUELS, Marwyn. (ed.). Humanistic Geography: prospects and problems. Chicago: Maaroufa Press, 1978, p. 58-76.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CRISTOFOLETTI, Antônio. (ed.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982, p. 165-193.

CAPEL, Horacio. Geografía Humana y Ciencias Sociales: una perspectiva histórica. Barcelona: Montesinos, 1987. 139 p.

CAPEL, Horacio. Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea: una introducción a la Geografía. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2012. 477 p.

CLAVAL, Paul. Histoire de la Géographie. Paris: Puf, 1995. 128p.

CRISTOFOLETTI, Antônio. As Características da Nova Geografia. In: CRISTOFOLETTI, Antônio. (ed.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982, p. 71-101.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia Social de Sílvio Romero. Terra Brasilis. São Paulo, 2000, vol. 1, nº 2, p. 1-15.

DANTAS, Aldo. Monbeig e a noção de Complexo Geográfico. Revista Confins, São Paulo/Paris, 2009, ano 3, vol. 3, nº 7, p. 1-15. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/6091#text>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

DERRUAU, Max. Précis de Géographie Humaine. Paris: Librairie Armand Colin, 1961. 572p.

DURHAN, Eunice Ribeiro. A Família Operária: consciência e ideologia. Dados: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1986, vol. 23, nº 2, p. 201-213.

ENGELS, Friedrich. El Origen de la Familia, la Propiedad Privada y el Estado. Madrid: Globus, 2002, 107 p.

FEBVRE, Lucien. A Terra e a Evolução Humana. Lisboa: Cosmos, 1954. 544 p.

FREMONT, Armand. Recherches sur l'espace vécu. L'Espace géographique. Paris, 1974, vol. 3, nº 3, p. 231-238.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933. 776 p.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. Estudos e Pesquisas sobre a Família no Brasil. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1980, vol. 1, nº 10, p. 13-23.

GEORGE, Pierre. La vie et l'œuvre de Max Sorre. Annales de Géographie. Paris, 1962, vol. LXXI, nº 387, p. 449-459.

GERALDINO, Carlos Francisco Gerencsez. O Conceito de Meio na Geografia. Dissertação de mestrado dirigida por Elvio Rodrigues Martins. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. 134 p.

GODARD, Francis. Introdução. Réseau modes de vie. Paris: CNRS, 1984, p. 13-21.

GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2010, 237 p.

GUERRA, Isabel. Modos de Vida: novos percursos e novos conceitos. Sociologia: problemas e práticas. Lisboa, 1993, vol. 1, nº 13, p. 59-74.

HARVEY, David. Geografía y Teoría Revolucionaria. Geo Crítica: cuadernos críticos de geografía humana. Barcelona, 1976, ano 1, nº 5, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/geo5.htm#1>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: uma revisão. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro, 2008, edição comemorativa, p. 137-147. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6142/4414>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Estilos de Vida e Individualidade. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 2010, ano 16, vol. 1, nº 33, p. 41-53.

LACASCADE, Jean-Louis. Réémergences actuelles du thème des modes de vie. Réseau Modes de Vie. Paris: CNRS, 1984, p. 147-204.

LE PLAY, Frédéric. La Méthode Sociale: abrégé des ouvriers européens. Paris: Alfred Mame et Fils Éditeurs, 1989. 648 p.

LEAL, Natasha Simei. Simmel e o Dinheiro: primeiros ensaios. Revista Mediações, Londrina, 2011, vol. 16, nº 1, p. 349-353.

LEFÈBVRE, Henri. A Vida Quotidiana no Mundo Moderno. Lisboa: Unisseia, 1969. 216 p.

LEFÈBVRE, Henri. La Production de l'Espace. Paris: Anthropos, 1986. 253 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A Crise Moderna da Antropologia. Revista de Antropologia. São Paulo, 1962, vol. 10, nº 1-2, p. 19-26.

LIRA, Larissa Alves. Fernand Braudel e Vidal de La Blache: geohistória e história da geografia. Revista Confins, São Paulo/Paris, 2008, ano 2, vol. 2, nº 2, p. 1-15.

LOBO, Elisabeth Souza. Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. Revista Tempo Social, São Paulo, 1994, vol. 4, nº 1-2, p. 7-15.

LOPES, José Sérgio Leite. Anotações em torno do tema “condições de vida” na literatura sobre a classe operária. In: SILVA, Luiz Antônio M. (org.). Condições de vida das camadas populares. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. (Debates Urbanos: 6). p. 21-58.

MARQUES, Marta Inêz Medeiros. O Modo de Vida Camponês Sertanejo e sua Territorialidade no Tempo das Grandes Fazendas e nos Dias de Hoje em Ribeira-PB. Dissertação de mestrado dirigida por Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994. 131 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Hucitec, 1986. 119 p.

MENDRAS, Henri; FORSÉ, Michel. Le Changement Social. Paris: Armand Colin, 1983. 288 p.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 392 p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. 13ª ed. São Paulo: Hucitec, 2005. 138 p.

MORGAN, Lewis Henry. Ancient Society: researches in the lines of human progress from savagery through barbarism to civilization. Chicago: Charles Kerr Company, 1985. 471 p.

NABARRO, Sergio Aparecido. Reforma Agrária de Mercado nos Municípios de Londrina e Tamarana-PR. Dissertação de mestrado dirigida por Júlio César Suzuki. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. 232 p.

NABARRO, Sergio Aparecido. Modo de Vida e Campesinato no Capitalismo: contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida. Tese de doutorado dirigida por Júlio César Suzuki. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. 240 p.

NABARRO, Sergio Aparecido. Contribuições de Élisée Reclus ao debate sobre a Questão Agrária. *Revista Mercator*. Fortaleza, 2020, vol. 19, nº e19026, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e19026>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

RANGEL, Kátia Souza. De Bairro rural a território quilombola: um estudo da comunidade quilombola do Mandira. Dissertação de mestrado dirigida por Júlio César Suzuki. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. 227 p.

RECLUS, Élisée. À mon frère, le paysan. *Les Eaux Vives*. Genebra, 1893, vol. 1, nº 20, p. 1-16.

RIBEIRO, Darcy. *A Política Indigenista Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962. 178 p.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 470 p.

SAUER, Carl Ortwin. Morphology of Landscape. In: LEIGHTY, John. *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley: University of California Press, 1963, p. 315-350.

SIMMEL, Georg. *Philosophie des Geldes*. Frankfurt: Suhrkamp, 1989. 616 p.

SIMMEL, Georg. Dinheiro na Cultura Moderna. In: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. *Simmel e a Modernidade*. Brasília: UnB. 1998. p. 23-40.

SIMMEL, Georg. *Psicologia do Dinheiro e outros ensaios*. Lisboa: Texto & Grafia, 2009. 128 p.

SIQUEIRA, Euler David. *Antropologia: uma introdução*. Brasília: UAB, 2007. 160 p.

SOROKIN, Pitirim Alexandrovich. *Society, Culture and Personality: their structure and dynamics*. New York: Harper, 1947. 742 p.

SORRE, Max. La Notion de Genre de Vie et sa Valeur Actuelle – première article. *Annales de Géographie*. Paris, 1948a, vol. LVII, nº 306, p. 97-108.

SORRE, Max. La Notion de Genre de Vie et sa Valeur Actuelle – deuxième article. *Annales de Géographie*. Paris, 1948b, vol. LVII, nº 307, p. 193-204.

SORRE, Max. *Les Migrations des Peuples: essai sur la mobilité géographique*. Paris: Flammarion, 1955. 265 p.

SUZUKI, Júlio César. De Povoado a Cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. Dissertação de mestrado dirigida por Sandra Lencioni. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. 237 p.

SUZUKI, Júlio César. Na busca dos momentos, a descoberta da transição: o estudo da urbanização de Rondonópolis-MT. *GeoUsp - Espaço e Tempo*. São Paulo, 1997 vol. 1, nº 1, p. 65-71. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123227>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. *Revista Espaço & Geografia*. Brasília, 2013, vol. 16, nº 2, p. 627-640. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/272/197>>. Acesso em 23 nov. 2020.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. (ed.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982, p. 143-164.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: un estudio de las percepciones, actitudes y valores sobre el entorno. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2007. 351 p.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Des Divisions Fondamentales du Sol Français. *Bulletin Littéraire*. Paris, 1888, vol. 2, nº 1, p. 1-7.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Les Genres de Vie dans la Géographie Humaine – première article. *Annales de Géographie*. Paris, 1911a, vol. XX, nº 111, p. 193-212.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Les Genres de Vie dans la Géographie Humaine – deuxième article. *Annales de Géographie*. Paris, 1911b, vol. XX, nº 112, p. 289-304.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Des Caractères de la Géographie. *Annales de Géographie*. Paris, 1913, vol. 22, nº 124, p. 289-299.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Principes de Géographie Humaine*. Paris: Librairie Armand Colin, 1922. 322 p.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Os Gêneros de Vida na Geografia Humana – primeiro artigo. *Revista GeoGraphia*. Niterói, 2005, ano 7, vol. 1, nº 13, p. 113-130.

WIRTH, Louis. Urbanism as a Way of Life. *The American Journal of Sociology*. Chicago, 1938, vol. 44, nº 1, p. 1-24.

© Copyright: Sergio Aparecido Nabarro, 2021.

© Copyright: Biblio3W, 2021.

Ficha bibliográfica:

NABARRO, Sergio Aparecido. O conceito modo de vida no pensamento social moderno. Biblio3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 20 de febrero de 2021, vol. XXVI, nº 1.316. [ISSN: 1138-9796].